

José Paulo Netto (org.)

CURSO LIVRE MARX-ENGELS

A CRIAÇÃO DESTRUIDORA



Copyright © Boitempo Editorial, 2015

Equipe de realização

Bibiana Leme, Ivana Jinkings, Kim Doria, Livia Campos, Marina Lopes,
Martha Lopes, Otávio Coelho e Thaisa Burani

Capa

Artur Renzo, sobre projeto original de Ronaldo Alves, com caricaturas de Cássio Loredano (também na p. 6), fotografia de tropa de choque em manifestação de 2013, na Avenida Paulista, em São Paulo (Mídia NINJA) e fotografia de uma barricada durante a Comuna de Paris, em 1871

Equipe de apoio

Allan Jones, Ana Yumi Kajiki, Elaine Ramos, Giselle Porto,
Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Leonardo Fabri, Marlene Baptista, Maurício Barbosa,
Renato Soares, Thaís Barros e Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C984

Curso livre Marx-Engels : a criação destruidora / organização José Paulo Netto.

- 1. ed. - São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

Inclui bibliografia

Vários autores

ISBN 978-85-7559-469-8

1. Socialismo. 2. Filosofia marxista. I. Netto, José Paulo. II. Título.

15-27215

CDD: 335.4

CDU: 330.85

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2015;

1ª reimpressão: setembro de 2019; 2ª reimpressão: outubro de 2020

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7285 / 3875-7250

editor@boitempoeditorial.com.br

boitempoeditorial.com.br

blogdaboitempo.com.br

FACEBOOK boitempo

TWITTER editoraboitempo

YOUTUBE tvboitempo

7. Crítica da economia política, por Karl Marx

Jorge Grespan

A crítica de Marx à economia política, tema central deste texto, tem grande relação com o subtítulo deste livro, “Criação destruidora”. Afinal, a crítica de Marx compreende que o movimento do capitalismo é de destruição – uma destruição que pode ser criativa ou destruidora, justamente pelo fato de que o capital é contraditório.

Também é importante relacionar este tema à crítica ao capitalismo feita por Marx em sua juventude. Isso porque, naquele momento, Marx iniciara um processo de compreensão do quanto o trabalhador assalariado era alienado no mundo moderno. Ele identificava o mal-estar da civilização capitalista com o fato de que o trabalho é despojado dos meios de produção e das condições que fazem com que o trabalhador possa se reconhecer no objeto que produziu, encontrando a alienação motivada pela propriedade privada. Assim, o trabalhador deixa de ter controle sobre o que produz e sobre a forma como produz.

Ainda na juventude, Marx especificou o “outro” do trabalho alienado, isto é, o mecanismo e a força histórica que aliena, que consiste no valor e no capital, definido como o valor que se valoriza. Esse é o verdadeiro antípoda, o outro polo da relação. Quando Marx chegou a essa conclusão, sua obra entrou

em uma fase distinta. Havia, então, dado início à leitura de economistas alemães e dos clássicos da economia política inglesa e francesa. Contudo, passa a produzir uma crítica “interna” a esses pensadores, que pode ser definida, em traços gerais, por se inserir em um pensamento, reconstituindo-o, de certa maneira, para, em seguida, mostrá-lo como contraditório.

É interessante pontuar que a economia política é um movimento de ideias que surgiu na Inglaterra já no século XVII. A palavra “economia” vem do grego – *eco*, neste caso, está relacionado à casa, que em grego é *oikos* –, com o significado de organização da casa. Pois, no século XVII inglês, surgiu o conceito paradoxal de economia política, que não tratava da economia doméstica, e sim da economia da pólis, da cidade, do país e do espaço público. Com essa ideia, estabeleceu-se um novo campo de estudos: o dos fenômenos puramente econômicos, que deixava de estudar a economia como um ramo do direito, da política ou da história, para analisar os fenômenos econômicos tomados como objetos independentes.

Nesse contexto, houve grandes autores, como Adam Smith, um dos mais importantes. Tendo vivido no fim do século XVIII, ele foi chamado de pai da economia por ter escrito, em 1776, *A riqueza das nações*. Também reuniu um número significativo de seguidores, dos quais o mais destacado foi, sem dúvida, David Ricardo, um economista do começo do século XIX, autor de *Princípios de economia política e de tributação*, em 1817.

Os livros desses dois pensadores foram as duas grandes obras que Marx leu na juventude e que criticou de forma “interna”, especialmente a partir do final dos anos 1840 e durante os anos 1850 e 1860. Afinal, o projeto intelectual de Marx era a crítica da economia política, que tem no conceito de valor, assim como no conceito de capital, um ponto fundamental. Justamente tais pontos seriam abordados e enfatizados por Marx, que trabalharia em novas definições para esses termos. A ideia de valor, por exemplo, já era definida pelos clássicos em função do trabalho, principalmente para Ricardo, para quem o trabalho seria o único criador de valor, princípio que atuou como o ponto de partida de Marx.

A partir dos anos 1850, mais exatamente entre 1857 e 1858, Marx deslanchou com seu trabalho. Alguns anos antes, exilado, teve de ir à Inglaterra, acessando, então, os originais dos economistas clássicos – não só as obras de Smith e Ricardo, mas praticamente tudo o que havia sido publicado em economia naqueles últimos duzentos anos. Naquele período, passava temporadas inteiras nas bibliotecas de Londres, em especial na do Museu Britânico, lendo e fazendo anotações. Em 1857, começou a dar corpo a essas anotações, rea-

lizando seu projeto de crítica da economia política. Contudo, eclodiu uma crise econômica que resultou em uma movimentação geral dos trabalhadores, contrários ao desemprego e às más condições de trabalho. Naquele contexto, Marx sentiu a urgência de realizar seu trabalho teórico, a fim de fornecer elementos e instrumentos de análise aos trabalhadores e sua luta, no intento de orientá-los em uma direção realmente revolucionária.

Em questão de poucos meses, Marx escreveu cerca de oitocentas páginas. Da massa enorme de anotações de que dispunha, compôs a primeira versão de sua obra, cujo título planejava ser, na época, *Crítica da economia política*. No entanto, esse conjunto de anotações foi publicado somente no final dos anos 1930 (sendo a segunda edição da década de 1950), muito tempo depois da morte de Marx. Os editores intitularam-na de *Fundamentos da crítica da economia política*, e ela passou a ser conhecida simplesmente como *Grundrisse*, que, em alemão, significa “fundamentos” – “*Grund*” é chão e “*Riss*”, traço; “*Grundriss*” é também a palavra usada em arquitetura para designar a “planta baixa”.

Desse modo, na prática, Marx criava sua “planta baixa”, estabelecendo os traços fundamentais e a base de seu projeto. Mas escrevera essas anotações para uso próprio, com toda a liberdade de experimentar e explicitar pressupostos, acreditando que refaria o material em certo momento, a fim de aprontá-lo para a imprensa. Assim, com os *Grundrisse*, podemos ter acesso a seu pensamento no momento inicial de elaboração da *Crítica da economia política*.

Em 1859, Marx publicou a primeira parte de sua obra, que teria o título de *Para a crítica da economia política*. Essa parte corresponde ao começo de sua apresentação sistemática da “crítica”, tratando de mercadoria e dinheiro. Mais tarde, daria sequência ao trabalho, escrevendo sobre o capital propriamente dito. Porém, no momento da redação final dessa segunda parte, a partir das anotações de 1858, Marx teve a sensação de que o material não estava suficientemente bom. Retornou aos arquivos e às bibliotecas, estudou mais e, entre 1861 e 1863, escreveu outro conjunto de anotações, que compõe, ao todo, quinze cadernos – após a morte de Marx, cinco deles foram publicados, com o nome de *Teorias do mais-valor*. Aliás, seu editor, Karl Kautsky, afirmava ser esse o lendário Livro IV de *O capital*, o que é controverso, porque, depois de certo momento, Marx deixou de considerar uma sequência de *O capital* que tratasse apenas da crítica dos economistas.

De todo modo, entre 1863 e 1867, Marx escreveu uma terceira versão de suas anotações, refazendo até o trabalho de 1861-1863. O título escolhido foi *O capital*, com a “Crítica da economia política” como subtítulo. O plano era publicar a obra em três volumes e lançá-los ao mesmo tempo, mas, efetiva-

mente, Marx conseguiu publicar apenas o primeiro livro, em 1867, por vários motivos, especialmente em função da oportunidade editorial e da necessidade de ganhar algum dinheiro. Contudo, um ano depois, já estava de volta ao trabalho. Seu desejo era realizar o projeto inicial de publicar os dois outros livros de *O capital*, por isso retomou a terceira versão de suas anotações, escrevendo ainda uma quarta.

O trabalho teve de ser suspenso por conta da Guerra Franco-Prussiana de 1870, da Comuna de Paris, em 1871, da dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e da formação do Império Alemão, a partir da colcha de retalhos que era a miríade de pequenos principados e bispados do antigo Santo Império. Todos esses eram acontecimentos decisivos, que mudavam a história e exigiam análise imediata e precisa, o que atrasou a redação de *O capital*. Assim, em 1872, quando Marx teve a oportunidade de publicar o Livro I em francês, aproveitou para reescrever uma grande parte do texto, especialmente o começo. Sabia que seria a partir da edição francesa que sairiam, no futuro, as traduções para as demais línguas, uma vez que o alemão ainda era um idioma quase que exclusivo de seus nativos. Depois, no mesmo ano, ainda teve a ideia de lançar uma segunda edição da obra em alemão, baseada nas modificações que introduzira na edição francesa – muito mais do que mera tradução.

Apenas no fim da década de 1870 Marx conseguiu retomar os estudos para redigir os Livros II e III. Fez muitas anotações, mas não chegou a publicá-las, e já estava com o Livro II bem avançado quando morreu, em 1883, aos 65 anos, relativamente jovem mesmo para os padrões do século XIX. Pouco antes, fora surpreendido pela morte de sua esposa e de sua primogênita, ambas chamadas Jenny.

Portanto, quem publicou os Livros II e III de *O capital* foi Engels, que conseguiu encontrar esses manuscritos guardados entre muitos outros documentos, desde textos de análise política a estudos de física e biologia. Engels elaborou esse material, editou-o e publicou o Livro II de *O capital* em 1885. Já o Livro III foi lançado apenas em 1894, um pouco antes da morte de Engels, que aconteceria no ano seguinte.

Assim, o material deixado pelos dois amigos e colaboradores é vasto. Tanto que há um projeto monumental em curso na Alemanha, chamado MEGA – sigla alemã para *Marx Engels Gesamtausgabe*, isto é, edição completa de Marx e Engels –, que prevê em torno de 120 volumes para dar conta de todos os escritos deixados pelos pensadores. Para se ter uma ideia da dimensão

desse trabalho, atualmente a MEGA encontra-se mais ou menos no sexagésimo volume, ou seja, ainda na metade.

Voltando à “crítica à economia política”, sabe-se que, no tempo em que escrevia o correspondente aos *Grundrisse*, Marx planejava desenvolver a obra em seis volumes, deixando somente um deles para tratar do “capital”. Depois, haveria um volume sobre a “propriedade da terra”, outro sobre o “trabalho”, um quarto sobre o “Estado”, um quinto sobre o “comércio exterior” e, por fim, o último sobre o “mercado mundial e as crises”. No entanto, o que Marx nomeia de “capital” não se restringe a um objeto, mas a uma relação, um movimento social e histórico muito abrangente, capaz de incorporar todas as demais relações sociais. Por isso, ao longo dos anos 1860, entre a segunda e a terceira versão de seus manuscritos, o tema dos cinco últimos livros acabou sendo incluído no primeiro, sobre o “capital”, alterando o próprio título da obra.

Entretanto, para compreender isso é preciso voltar na história. Desde cerca de 1500 a.C., já existiam povos que viviam somente do comércio, comprando mercadorias a preços baixos e vendendo a valores altos, obtendo lucro nessa atividade. Depois que se firma o uso do dinheiro entre os gregos e romanos, por volta de 500-600 a. C., surgem ainda os juros e a usura, isto é, o mecanismo de emprestar dinheiro para receber o valor emprestado acrescido de uma taxa de juros. Assim, essas práticas são muito anteriores ao mundo moderno. No entanto, essas duas formas de capital – comercial e usureiro – são açambarcadas por uma nova, criada essencialmente na esfera da produção, que emerge e funda o mundo moderno. É o capital que Marx chamou de “industrial”, mas que não se refere só à indústria, e sim a toda e qualquer atividade produtiva de mercadorias – pode ser a agricultura, a pecuária, a extração de minas etc. Ou seja, trata das esferas de produção nas quais capitalistas contratam trabalhadores assalariados e, a partir de seu trabalho, obtêm um excedente econômico. Desse modo, mesmo que paguem aos trabalhadores um salário “justo”, os capitalistas obtêm um excedente, chamado por Marx de mais-valor (ou mais-valia), por ser gerado a partir de um valor inicial. E, nesse caso, um salário “justo” seria o equivalente ao valor que permitiria ao trabalhador viver dignamente, reproduzindo a energia física e mental gasta no processo de trabalho e criando filhos que um dia serão trabalhadores como o pai. Os filhos dos trabalhadores não constituem simplesmente uma família, mas uma prole. Por isso, essa classe social é chamada de proletariado.

No entanto, é preciso esclarecer que, mesmo que o salário seja “justo”, o valor pago ao trabalhador é menor do que o valor que o capitalista obtém com

esse trabalho. Por exemplo, alguém contratado para trabalhar em uma fábrica de camisas ganha um salário X, mas as camisas produzidas terão um valor muito maior quando vendidas pelo capitalista. Porque, se o produto valesse menos do que o salário pago ao trabalhador, o capitalista simplesmente não o contrataria. Afinal, nessa lógica social, só é considerado economicamente viável o que permita produzir com lucro.

Assim, o valor da força de trabalho e o valor produzido pela força de trabalho são diferentes, mas o capitalista só contratará trabalhadores se o segundo valor for maior do que o primeiro, e essa diferença é justamente o que Marx chama de mais-valor, isto é, o excedente produzido pelo trabalhador para o capital. É a produção desse excedente que caracteriza o “capital industrial”, essencialmente determinado na esfera da produção. Não é porque o comerciante vende a mercadoria por um valor mais alto ou porque cobra juros, mas porque de fato existe a produção de um valor novo.

Aliás, é interessante pontuar que, quando um comerciante vende um produto por um valor mais alto, ocorre o que se chama de jogo de soma zero, porque o que ganha corresponde ao que o comprador perde e, no todo, nada se cria. Não há produção de valor novo para a sociedade. E o mesmo se passa em relação aos juros. Contudo, o caso da sociedade industrial é distinto, porque há a geração de um valor novo materializado em mercadorias – camisas, automóveis ou serviços. A exploração do trabalho que produz essas mercadorias ou realiza esses serviços deixa, de fato, a sociedade mais rica – ou melhor, produz valor para os capitalistas. Isso não significa, no entanto, que essa riqueza será bem distribuída. Porque, no capitalismo, os trabalhadores não ganham tudo aquilo que produzem, apenas o salário que lhes cabe. A diferença entre o valor do produto e o salário fica com o capitalista. E o capital é justamente esse valor que se valoriza. Quem criou o valor foi a força de trabalho; mas, como o capitalista compra essa força, passa a ser o proprietário daquilo que o trabalhador produziu. É como se o capital pudesse se autovalorizar.

Esses conceitos básicos são suficientes para entendermos o fundamento das crises econômicas, como a que estamos vivendo hoje no mundo e no Brasil. Quando, ao invés de uma valorização, ocorre uma desvalorização dos valores existentes, está caracterizada a crise. Por exemplo, o elemento que deflagrou esse processo nos Estados Unidos em 2008 começou a se manifestar por volta do ano 2000. Inicialmente, houve uma diminuição do lucro das empresas, bem como falências importantes. Boa parte do capital que não podia ser investido com retorno razoável se dirigiu à especulação com o preço de vários bens, em especial na área da construção civil. Mas os lucros também

começaram a diminuir nesses setores entre 2006 e 2007, e o preço das casas diminuiu, minando a base para que se continuasse a especulação e aplicando os capitais que já não encontravam lucro nos setores industriais tradicionais. Além disso, quem havia comprado uma casa financiando parte do valor, usava a hipoteca como garantia para levantar outros empréstimos e conseguir crédito para consumo, e os bancos negociavam as hipotecas entre eles. A queda do preço das casas, que se chamou de “bolha” do mercado imobiliário, foi então repassada para todo o setor financeiro como queda do valor das hipotecas, ou seja, das garantias de pagamento das dívidas recíprocas. Assim, a desvalorização do valor das casas foi o estopim que deflagrou a crise, mas apenas porque evidenciou um excedente de valor, que o valor contábil das mercadorias era maior que o valor real produzido de fato pelos trabalhadores. Em um efeito de “bola de neve”, o valor das casas, das fábricas, da terra e do dinheiro começou a cair – ou seja, tudo perdeu valor.

É o próprio capital, portanto, que leva às crises econômicas, por isso consiste na verdadeira “criação destruidora”. Pois até nos momentos em que o capital se acumula, permitindo a criação de riqueza, seu lado destrutivo está latente e sempre pode, de súbito, eclodir, aniquilando massas de valor. O capital cria a grande ameaça à sua existência. É também por isso que Marx o define como contraditório, isto é, negador de si. Do ponto de vista lógico, “contradição” não é ser contrariado por outro, e sim por si mesmo. O capital, então, nega a si mesmo, no sentido de que é a força de autovalorização que nunca consegue evitar completamente sua autodesvalorização. E, se essa desvalorização for muito profunda, coloca em risco a própria existência do capital.

Desse modo, a “crítica da economia política”, desde os *Grundrisse*, dirá que o capital consegue superar todas as barreiras externas para seu crescimento, porque pode comprar e desvirtuar tudo. Exemplo disso é quando penetrou em regiões do mundo onde não havia relações capitalistas e as transformou em relações desse tipo. Como diz o *Manifesto Comunista*, nem a Muralha da China resistiu ao capital industrial, capaz de vender seus produtos a preços muito baixos, com os quais não podem competir os produtores de um país tradicional. No entanto, o capital não pode superar as barreiras que põe para si, porque é contraditório em seu movimento de autovalorização. E, ao tentar subverter essa lógica, cria novas barreiras para seu avanço.

Por toda essa natureza do capital, Marx mudou o plano original de sua obra e incluiu grande parte do material previsto para os seis volumes já no primeiro, sobre o capital. Seu objeto é justamente essa força que tudo abrange e submete, que substitui a razão de ser da sociedade por seu propósito de criar

sempre mais-valor, que transforma a terra em propriedade particular e fonte de renda, subordina o trabalho à criação de lucro, pauta o comércio exterior do mundo inteiro e faz do Estado um instrumento para garantir e patrocinar a valorização privada. Assim, o tema da obra toda coube no assunto do Livro I sobre o capital.

Entretanto, outra questão importante para Marx era como expor e apresentar esse conteúdo. Na época em que produzia os *Grundrisse*, em 1857, ele já sabia que não poderia simplesmente definir o capital a partir do trabalho, pois ele é formado por trabalho, mas corporificado, objetivado nos meios de produção dos quais é proprietário, de modo que Marx o chamava de “trabalho morto”. Assim, é a partir da relação social pela qual o trabalhador deixa de ter a propriedade daquilo gerado e apropriado pelo capital que o processo de trabalho pode ser realizado. A energia e a força de trabalho é definida por Marx como “trabalho vivo”, e é essa vivacidade que atua sobre os meios de produção em que o valor está “morto”, fazendo-o voltar à vida.

Mas a relação entre capital e trabalho não é só essa, pois o capital compra a força de trabalho pagando por ela um salário em dinheiro. Desse modo, Marx tem de estudar essa relação completa, ou seja, a relação monetária que fixa o salário e permite estabelecer o volume e a taxa de mais-valor. Por isso, a forma de valor mais adequada para o capital é o dinheiro, porque representa melhor o trabalho abstrato e constitui o nexos social entre capitalista e trabalhador. Trata-se de uma relação que aparece na esfera da circulação de mercadorias, em que o capital compra a força de trabalho, e o trabalhador a vende para obter dinheiro e sobreviver.

Portanto, Marx havia dividido o livro sobre o capital basicamente em duas partes: a primeira seria um capítulo sobre o dinheiro; e a segunda sobre o capital. Chegou a publicar o primeiro em 1859, no livro *Para a crítica da economia política*, porém com modificações importantes. Isso porque, ao redigir as últimas anotações dos *Grundrisse* sobre o valor, Marx conclui que o dinheiro também é um resultado, e não um ponto de partida, então pressupõe uma forma social mais simples que o determina – a mercadoria. Marx decide, então, começar com a mercadoria, depois passar para o dinheiro e, por fim, para o capital. Essa concepção nova aparece formulada com muita precisão na frase inicial de *Para a crítica da economia política*, uma frase tão feliz que é conservada na primeira e na segunda edição do Livro I de *O capital*, em 1867 e 1872, respectivamente. Vale a pena lembrá-la aqui:

A riqueza nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como

sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria.¹

É importante frisar que Marx se refere ao modo de produção capitalista, e não a qualquer sociedade que produza mercadorias, como algumas da Antiguidade, o mundo muçulmano clássico ou o do Renascimento europeu. O que pretende na investigação sobre a forma de mercadoria é apontar que ela é a “forma elementar” não só de todos os produtos do capital industrial, mas também da própria força de trabalho. O trabalhador, no mundo capitalista, não é um escravo. O nexo fundamental desse sistema, contudo, é obter excedente econômico na forma de valor. É necessário que o trabalhador receba um valor determinado, para que seja possível calcular, a partir disso, a magnitude do que será extraído do seu trabalho pelo capitalista. Também é necessário que seja sempre possível baixar ao máximo o salário, para obter uma taxa maior de mais-valor; que o trabalhador possa ser demitido, para zerar os custos da produção em épocas de crise; e, enfim, que o trabalhador seja livre, um comprador e consumidor dos produtos que ele mesmo produz e dos quais não tem propriedade. Portanto, Marx começa com o estudo da mercadoria porque a própria força de trabalho que a cria, o valor e toda a riqueza no mundo capitalista tornou-se uma mercadoria. É nesse sentido que ela é a “forma elementar” das relações sociais no capitalismo.

De fato, quando o capitalismo penetrou pelas regiões do mundo onde ainda prevaleciam formas de produção anteriores, a estratégia dos países industrializados era começar vendendo mercadorias a preços baixos, produzidos já por máquinas. Em seguida, transformava os produtos daquelas sociedades pré-capitalistas também em mercadorias, para, finalmente, tornar a mão de obra existente em mercadoria, convertendo os trabalhadores em assalariados.

Dada essa importância histórica e, em especial, a importância na constituição do sistema de relações sociais dentro do capitalismo, Marx só pode começar a apresentação dos conceitos que correspondem às formas sociais pelo conceito de mercadoria. Para compreendermos o que ela significa, nós, que falamos um idioma latino, até temos mais facilidade, pois a palavra “mercadoria” vem de “mercado”, evidenciando que se trata de todo produto destinado ao mercado, todo bem que pode ser objeto de compra e venda. Por isso, como vimos, quando o trabalhador dispõe de sua força de trabalho e a vende no mercado, está vendendo essa força como mercadoria. E a análise da merca-

¹ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013), col. Marx-Engels, p. 113.

doria feita no primeiro capítulo de *O capital* revela os dois elementos que a compõem, formando uma oposição – o valor de uso e o valor de troca. É pela exteriorização dessa oposição interna que a mercadoria se desdobra em outras oposições, levando, por fim, à forma de dinheiro, isto é, à oposição entre mercadoria e dinheiro.

Assim, Marx mostra de que modo o dinheiro aparece como uma forma universal de equivalência do valor de todas as mercadorias; e também como, no jogo dessas formas, ocorre uma inversão, pela qual parece que o dinheiro atribui valor às mercadorias, às coisas em geral, quando, na verdade, são as mercadorias que, ao serem produzidas para serem trocadas, ensinam a criação do dinheiro e a ele atribuem valor. Tudo se passa como se o valor de troca existisse em função do dinheiro, porque ele tem o monopólio da função de equivalente, só que, na verdade, concentra esse monopólio e o adquire, porque são as mercadorias, em suas trocas, que determinam essa função.

Mas, até aqui, somente foi falado de objetos – mercadoria, dinheiro, capital. Podemos perguntar: e as pessoas? Pois é justamente este o ponto que Marx quer ressaltar: as pessoas se movimentam em função desses objetos, bem como da troca de mercadoria, de ganhar dinheiro e de conseguir que o capital lhes dê emprego. São esses objetos que pautam a vida das pessoas. Essa é a principal implicação daquilo que, como sabemos, Marx chama de “fetichismo da mercadoria”. Uma nota inicial a respeito desse conceito é que Marx toma emprestada a palavra “fetiche” diretamente do francês, mas sua origem, de fato, está no português – vem de “feitiço”, o nome que os portugueses deram a certos rituais mágicos da África não muçulmana, quando começaram a navegar abaixo da linha do Equador, mais para o fim do século XV.

Marx emprega tal termo no sentido de que a mercadoria adquire vida própria no capitalismo. E ter vida própria, nesse caso, significa que nos faz organizar a vida em função do seu movimento. Cada vez menos produzimos para o próprio consumo e cada vez mais dependemos de comprar mercadorias com o salário que obtemos em troca da força de trabalho que vendemos. Assim, compramos as mercadorias que outros produziram, do mesmo modo que compram as que nós produzimos.

Esse é o modo de vida essencialmente urbano, e não é por acaso que nas últimas décadas, em quase todos os países do mundo, a maioria da população, que antes vivia no campo, agora vive nas cidades. O campo ainda oferece a oportunidade de se produzir para o próprio consumo, e não gerar produtos para o mercado, que têm como destino o consumo por outras pessoas. Contudo, a concentração da propriedade rural, de um lado, e o uso de máquinas

agrícolas, de outro, vêm dispensando a mão de obra do campo, que parte para as cidades e perde em definitivo a possibilidade de produzir para si mesma. Ela aumenta o mercado consumidor, completando o processo de penetração do capital em regiões e setores ainda pré-capitalistas. Além disso, na cidade, todos são dependentes dos mercados – não só das mercadorias tradicionais, como alimentos e roupas, mas de produtos como água encanada e luz elétrica. A dependência cresce tanto que qualquer falha técnica ou de gerência do fornecimento de água e luz pode causar uma catástrofe. De certo modo, o conceito de “fetichismo” pretende justamente explicar como todo esse sistema se torna independente do controle humano, enquanto nos tornamos cada vez mais dependentes dele.

Entretanto, o aspecto tangível da mercadoria esconde que ela é determinada por uma relação social historicamente específica, na qual cada unidade de produção é propriedade privada de um ou mais capitalistas. Com a generalização dessa forma social de produção, cada vez mais as outras relações sociais passam a ser mediadas pelas mercadorias e por seu derivado inescapável, o dinheiro. Pois o que está por trás da produção das mercadorias e da circulação de dinheiro são as unidades privadas de produção e troca, que é o que vimos Marx denominar de “capital industrial”. Ele é o grande personagem dessa história, o verdadeiro objeto de estudo de Marx.

Foi à luz disso que, depois de ter publicado a primeira parte de suas anotações em 1859, quando Marx decidiu lançar a segunda parte, seu capítulo sobre o capital, percebeu que era preciso estudar mais, pois o material daquelas anotações (publicado com o título de *Grundrisse* após sua morte) era insuficiente. Volta, como explicado anteriormente, aos arquivos e bibliotecas e escreve sucessivamente uma segunda e uma terceira versão de *O capital*, na década de 1860.

Essas versões representam um avanço tanto da precisão das definições quanto do encadeamento da argumentação; isto é, tanto do conteúdo quanto da forma de apresentação. Marx estabelece, então, um novo plano para sua obra, reduzida a três volumes: o Livro I trataria do processo de produção de mercadorias pelo capital, o modo pelo qual o capital produz; o Livro II abordaria o processo de circulação do capital e como, mediante esse processo, o capital se reproduz, ou seja, o modo pelo qual o capital é produzido; por fim, o Livro III completaria e, de certo modo, sintetizaria os dois títulos anteriores, explicando como o capital distribui as riquezas, o valor e os excedentes sociais a partir de suas regras de concorrência e propriedade privada. E foi esse mesmo o formato final da obra, pelo qual a conhecemos.

A ordem dos três livros também pode ser entendida assim: o primeiro estuda a relação social direta entre capitalistas e trabalhadores, enfocando as formas por meio das quais o trabalho é explorado pelo capital para produzir mais-valor; o segundo analisa a relação entre os capitalistas, mas ainda apenas como uma rede de entrelaçamento, criando uma dimensão social em que eles produzem uns para os outros, isto é, para o mercado constituído por seus capitais; e o terceiro livro examina a relação entre os capitalistas, mas já levando em conta sua dimensão negativa, autodestrutiva, a saber, a concorrência dentro de cada ramo da produção e também entre empresas de ramos diferentes, que agora começam a disputar o valor todo, o mais-valor inteiro, o excedente gerado no conjunto de uma sociedade.

É interessante registrar aqui como, no Livro III, a lógica da concorrência e da distribuição do excedente econômico obedece a uma regra diferente da lógica de produção constitutiva dos Livros I e II. Nela, conta o capital global de cada empresa, não só o trabalho vivo que emprega, mas o trabalho morto que possui. Então, uma indústria que contrate menos trabalhadores, porque usa mais máquinas, tem um capital investido mais em máquinas do que em força de trabalho e, daí, uma taxa de mais-valor menor. Mas, na medida em que essa empresa tem uma concentração muito grande de máquinas, sua massa de capital total, superior à de outras empresas, dá a ela um peso maior na concorrência, permitindo que ela atraia para si uma parte do excedente econômico que não produziu, mas que foi gerado por outro setor.

Em todos esses momentos de apresentação das categorias da crítica, ao longo dos Livros I, II e III de *O capital*, Marx estuda as várias formas que o capital assume e abandona, para realizar seu objetivo de se autovalorizar. Por exemplo, uma parte do capital sempre deve permanecer na forma de dinheiro, pois os capitalistas têm de pagar o salário dos trabalhadores, as matérias-primas etc.; outra parte fica na forma das mercadorias que o capitalista coloca no mercado; e uma terceira parte está na forma das máquinas, matérias-primas e da força de trabalho que está contratando. Trata-se, respectivamente, das formas de “capital dinheiro”, de “capital mercadoria” e de “capital produtivo”, compondo cada qual seu circuito de movimentação e sempre retornando ao ponto inicial, entrelaçando-se em combinação.

Bem como as trocas de mercadoria e dinheiro, essas formas do capital são formas sociais, “fetiche” pelo qual, de fato, as relações entre as pessoas se canalizam e organizam. Em todos esses casos, passa-se de uma forma para a outra, numa transformação ou uma verdadeira “metamorfose”. O trabalho, em geral, é o outro lado da moeda do mundo do capital, contraposto por Marx

às “metamorfoses” operadas e chamado justamente de “metabolismo”. Em vez da passagem de uma forma a outra, temos a mudança de matéria, a relação do homem com a natureza que lhe garante a sobrevivência. Mas o metabolismo é dominado pela metamorfose; a relação material, pela relação formal que traduz o domínio do trabalho pelo capital; a subordinação do interesse humano pela vida ao interesse do capital em se acumular e reproduzir. Esse é o sentido da “crítica à economia política” de Marx, uma discussão do mundo contemporâneo, caracterizado pelo domínio do trabalho pelo capital e, daí, do metabolismo pela metamorfose. O trabalhador não trabalha como quer, ao contrário das aparências; mas trabalha sob as condições impostas por uma forma social historicamente específica que é o capital, cujas formas e metamorfoses predominam sobre a materialidade do trabalho e condicionam o metabolismo.

Apesar de todo esse domínio e esse poder de impor suas condições e finalidades, o capital tem limites estruturais e históricos intransponíveis, que aparecem de modo recorrente nas crises econômicas, como a que estamos vivendo hoje. Essas crises são determinadas de modo necessário, e não como uma simples possibilidade que poderia ser evitada, porque se enraízam na forma profunda da relação do capital com o trabalho, como acabamos de examinar. Marx explica que o capital não tem barreira nenhuma fora de si, que ultrapassa todos os obstáculos externos, mas não os que põe para si mesmo, por causa de sua estrutura contraditória. O poder dele é baseado na formalidade de excluir o trabalhador da propriedade dos meios de produção e, daí, do comando sobre as metamorfoses sociais. No entanto, é um poder formal, porque quem cria a “substância” e a matéria da riqueza é o trabalho. O capital não tem, portanto, substância alguma, tendo de se limitar a pôr o trabalho para produzir substância para ele.

Por seu turno, substancialmente, o trabalho é tudo, mas não é proprietário de si. O trabalhador é proprietário de sua força de trabalho, mas atua dentro de condições que lhe são impostas; portanto, formalmente, não é nada. Enquanto, com o capital, se passa o contrário: a substância dele é composta pelo trabalho – precisa usurpar a energia do trabalho e a matéria gerada para ele, precisa subordinar o metabolismo ao interesse da metamorfose. Em suma, o capital é tudo formalmente, mas não tem substância; por isso, substancialmente, não é nada. Temos aqui uma contradição, o que Marx apontou claramente em sua obra. Conseguiu formular essa proposta nos *Grundrisse* e depois desenvolvê-la e elaborá-la em *O capital*: é por causa da contradição que surgem as crises, a desvalorização do valor como destino fatal do sistema.

Na época em que Marx ainda pensava em escrever sua obra em seis livros, planejava tratar das crises diretamente no fim, quando falasse do mercado mundial, devido à relação entre mundialização e crise. Contudo, percebeu que devia abordar o tema ao longo de toda a apresentação das formas do capital, desde seu começo, quando trata de mercadoria e dinheiro. Pois a crise aparece já nessa forma mais abstrata, como a impossibilidade de vender uma mercadoria por seu valor. Quando isso acontece, as pessoas que têm a mercadoria e querem vendê-la são obrigadas a diminuir o preço para baixo de seu valor e, mesmo assim, os compradores podem não ter dinheiro para adquiri-las. Portanto, configura-se uma oposição entre compra e venda, dinheiro e mercadoria, que é a forma geral das grandes crises, em que se vê um excesso de vendedores em relação aos compradores.

A explicação das crises prossegue e ganha densidade crescente quando, ainda no Livro I de *O capital*, Marx demonstra que a crise se determina, fundamentalmente, na esfera da indústria. Mesmo quando ela aparece na relação entre o capital comercial e o industrial, ou depois, na relação entre o capital financeiro e o industrial, a base da crise está na queda do lucro industrial. Essa disfunção é o conceito mais rico de crise. Pois, por trás de todo tipo de desequilíbrio, desde o começo, a crise está lá, na contradição da relação do trabalho com o capital.

A crise atual, por exemplo, é chamada de “financeira”, porque é essa dimensão que aparece de imediato. Na verdade, ela se enraíza na dimensão produtiva. Se chamarmos a crise de “financeira”, sugerimos que bastaria colocar o capital financeiro nos trilhos, organizado dentro dos moldes das necessidades do capital produtivo e industrial, para que voltássemos ao bom e velho capitalismo sadio de antigamente. Portanto, poderíamos acabar com a crise sem mexer na ordem capitalista. Contudo, se percebermos que a crise não é simplesmente financeira, regular essa esfera não vai resolver o problema. De fato, faz sete anos que a crise explodiu, com a falência de bancos americanos, e ao longo desse período essas instituições vêm colocando mais dinheiro no mercado, fazendo as dívidas aumentarem. O problema não se reduz a harmonizar a indústria e os bancos; é algo mais profundo.

É essa capacidade de penetrar além daquilo que pode ser visto a olho nu que faz a crítica do capitalismo de Marx algo tão poderoso e instigante. Ao contrário do que se pensava na década de 1990 – quando o neoliberalismo estava no auge no mundo inteiro e os propagandistas do sistema afirmavam que Marx era um autor “ultrapassado” –, a crise atual mostrou que o diagnóstico que se faz está cada vez mais vivo. São efeitos positivos da crise. Aliás, na épo-

ca do lançamento do primeiro volume de *O capital*, em 1867, em uma carta escrita para Engels, Marx dizia esperar que a crise daquela época conseguisse enfiar dialética na cabeça mesmo do burguês mais empedernido. Vamos ver o que acontecerá agora.

Ideia de crise estrutural do capital na obra de Marx, com referência de David Harvey

O capital não resolve sua crise porque é construtivamente contraditório, como foi dito anteriormente. Para resolver a crise, o capital teria que resolver definitivamente sua relação com o trabalho assalariado. Mas, ao fazer isso, deixaria de ser capital. Portanto, não pode resolver de modo definitivo sua contradição de fundo, e as crises continuam. No entanto, elas podem ser deslocadas geograficamente, como afirma David Harvey, um ponto que julgo muito interessante. O país mais afetado no início da crise, os Estados Unidos, conseguiu se apoiar no crescimento dos chamados emergentes, em especial a China, mas também o Brasil, para aos poucos reverter o quadro. Hoje o movimento se inverteu, e os Estados Unidos retomam taxas razoáveis de crescimento do PIB, enquanto os emergentes, em especial a China, desaceleram ou entram em recessão, como o Brasil. Esses movimentos mundiais têm a função de contornar provisoriamente a queda da taxa de lucro e de socializar as perdas, distribuindo o peso das dívidas dos países mais ricos para os países mais pobres.

A dificuldade para o capital atualmente, de todo modo, é que a crise é tão profunda que os velhos instrumentos políticos não conseguem resolvê-la. Nem o simples deslocamento geográfico parece ser capaz de proporcionar uma solução de longo prazo. É preciso que o capital se reinvente – e isso é muito difícil. Quando uma crise é superficial, a saída está em um rearranjo simples, mas quando é mais profunda, “estrutural”, aí o capital tem de criar uma nova estrutura capitalista, mas que permita uma nova etapa de acumulação.

Por exemplo, o que aconteceu entre as décadas de 1930 e 1950 do século XX foi uma crise muito profunda. A superação exigiu um conjunto de reinvenções do ponto de vista político – pactos sociais, estado de bem-estar social, um regime social-democrata, uma política social de gastos públicos e uma nova participação do Estado na economia, além de uma guerra mundial que destruiu países inteiros e matou cerca de 50 milhões de pessoas. Tudo isso foi preciso para que o capital pudesse se reinventar e ter um novo ciclo de expan-

são, que durasse até as décadas de 1970 e 1980. Neste momento voltamos a viver uma crise estrutural profunda, e o capital terá novamente de se reinventar.

Espaço da criação artística e intelectual, bem como de ações sociais sem fins lucrativos no capitalismo

As ONGs surgiram nos anos 1990 em função do refluxo do Estado, que deixou aberto um espaço que tinha de ser ocupado socialmente. Isso aconteceu porque o Estado de que falei, surgido na reinvenção capitalista ocorrida entre as décadas de 1930 e 1950, também chamado keynesiano, e que financiava, nos países mais avançados, saúde, educação, transporte e moradia, não aguentou o peso das dívidas públicas crescentes. Na verdade, quando oferece tudo isso, o Estado está barateando a força de trabalho para diminuir os custos e elevar o mais-valor dos capitalistas.

No entanto, o recuo do Estado também correspondeu a uma necessidade de ampliar o espaço da valorização do capital no contexto da crise estrutural que se armava já a partir dos anos 1970. Quando o Estado repassou esses “serviços” para o setor privado, entraram em cena as ONGs. Evidentemente, elas são funcionais para o sistema capitalista, contribuindo para sua reprodução. Por isso, não vão revolucionar nada, ao contrário: na melhor das hipóteses, podem ajudar o capital a continuar se acumulando.

Quanto à criação artística e intelectual, Marx afirmou que, com a Revolução Industrial do século XIX, a ciência se converteu em força produtiva, em ciência aplicada, em engenharia. Os conhecimentos não podem ser inúteis ou não ter aplicação no processo produtivo. Contudo, Marx também percebia a existência de artistas atuando de forma crítica, em um espaço de liberdade que o capital, por ser contraditório, não consegue açambarcar. Esses espaços são de resistência da arte alternativa. Mas isso não impede que a maior parte da arte seja mercadoria. O espaço da criação, hoje, é pautado pela necessidade de criação de marcas, para que os proprietários consigam, na luta pela distribuição do mais-valor global estudada no Livro III de *O capital*, capturar para si parte daquilo que não produziram nem fizeram produzir.

Valor de uso e valor de troca

A questão do valor de uso e do valor de troca é complexa e gerou desde o começo uma grande controvérsia entre os economistas. Inicialmente, tratava-se da economia política, entre os séculos XVII e meados do século XIX. Na

segunda metade do século XIX surge a economia neoclássica, chamada, em inglês, de “*economics*”, isto é, uma pretensa economia “pura”. Para esses autores, o valor de troca tem que ver com a utilidade dos bens, em uma confusão intencional do valor de troca com o valor de uso.

Antes, na economia que se sabia “política”, e não “pura” ciência, Adam Smith já distinguia o valor de uso do valor de troca, mediante um famoso paradoxo: comparando o diamante com a água, vemos que a água tem um valor de uso enorme, mas que seu valor de troca é baixo; o diamante, por seu turno, tem um valor de uso muito restrito, serve somente para certos usos industriais, mas tem um valor de troca incrivelmente grande. Portanto, esse paradoxo indica que valor de uso e valor de troca são duas dimensões totalmente distintas, que não se determinam mutuamente.

Marx parte dessa ideia de Smith. O começo de *O capital*, avançando em relação ao que os economistas anteriores disseram, explica que o valor de uso e o valor de troca, até mais do que apenas diferentes, estão em uma oposição dialética dentro da mercadoria. Na troca, essa oposição interna à mercadoria se externaliza e aparece como oposição das mercadorias trocadas. Se alguém quer trocar um objeto, ele não tem valor de uso para essa pessoa, e sim para quem quer comprá-lo; porém, tem um valor que o vendedor quer receber para, assim, poder comprar algo que tenha valor de uso. É como se, no momento da troca, houvesse uma cisão, e cada uma das mercadorias, que continuam tendo valor de uso e valor, só manifestassem uma das duas determinações. Dessa cisão inicial, Marx desdobra outras oposições e cisões, como a que existe entre a mercadoria e o dinheiro e, por fim, a que existe entre a mercadoria força de trabalho e o dinheiro que o capital paga a ela como salário. Essa última é a forma social central, que define o sistema capitalista e todas as suas demais contradições.

As barreiras do capital

O capital precisa destruir todas as barreiras externas para continuar avançando e se acumulando, mas impõe para si barreiras internas, por força da contradição que o constitui. Um dos casos clássicos de barreira interna analisados por Marx é a famosa queda da taxa de lucro, exposta nas primeiras três seções do Livro III de *O capital*. Essa queda se baseia naquilo que Marx chama de aumento tendencial da composição orgânica do capital, que consta do final do Livro I de *O capital*.

De modo breve, com seu progresso, o capital tem a tendência de substituir a força de trabalho por meios de produção, o trabalhador vivo por equipamento. Afinal, na luta pela concorrência, os capitalistas precisam reduzir custos, então introduzem equipamentos modernos que permitem aumentar a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, demitir trabalhadores. São as ditas “racionalizações” que as empresas capitalistas fazem, a alegada “reengenharia”.

Mas, se a tendência do capital é aumentar a produção demitindo trabalhadores, quem produzirá valor para o capital? Com a demissão dos trabalhadores, a base sobre a qual o capital obtém valor e excedente de valor diminui. No entanto, o capital fica cada vez maior – em máquinas, em equipamentos, em matéria-prima –, porém menor naquilo que realmente cria o valor novo, que é a força de trabalho. É contraditório.

Essa tendência à demissão em massa mostra o aspecto contraditório do capital. Chega a um ponto em que a taxa de lucro entra em queda, até que não dê mais para sobreviver com aquele valor tão baixo. O problema é que ela está conjugada à dimensão do investimento, ou seja, do consumo produtivo de um capitalista com relação a outro. Se o consumo final e o consumo produtivo caem, e o dinheiro não circula, não há onde investir. São essas as barreiras que o capital continuamente levanta para si.

Descrição do capital em *Manifesto Comunista* e superação do capital

Em épocas de crise econômica, como a de 1857, em que se via abrir uma oportunidade revolucionária, Marx escrevia de modo obsessivo. Produziu os manuscritos dos *Grundrisse*, que possui em torno de oitocentas páginas, em apenas oito meses, porque queria municiar teoricamente o movimento operário.

Mas ele sabia que a crise por si só não levaria à superação do capitalismo. Sobre isso é preciso ter cuidado, porque não estamos dizendo que a crise vai levar a um momento de paralisia em que os próprios capitalistas decidam abolir o capitalismo. Quem vai superar esse sistema é o movimento dos excluídos pelo capital – dos trabalhadores, desempregados etc.

Daí a importância dos textos políticos de Marx, como o *Manifesto Comunista* e *O 18 de brumário*. Os textos econômicos são fundamentais, porque fazem o diagnóstico do problema de base do sistema, mas não o esgota. *O capital* não pretende fazer uma teorização sobre a revolução. É a revolução mesma que vai criar a nova situação, pós-capitalista.

Pós-capitalismo

Como ficaria o valor, o mais-valor e o lucro em uma sociedade pós-capitalista? Por definição, não haveria mais nada disso. Contudo, Marx nunca teorizou diretamente sobre o mundo depois do capitalismo, mas deixou algumas pistas para que pudéssemos imaginar. Existiria um excedente econômico, como em toda sociedade, pois uma provisão para eventuais problemas é necessária. Mas esse excedente não teria a forma de mais-valor, porque não existiria, já que é própria a uma sociedade em que as esferas social e privada se opõem devido à presença da propriedade dos meios de produção. Em um mundo pós-capitalista, o excedente seria de produto imediatamente social, não mediado pela propriedade privada. Ou seja, a produção ficaria organizada de tal maneira que os produtos do trabalho seriam imediatamente socializados, enquanto, no capitalismo, são apropriados imediatamente pelo proprietário privado e só mediante sua troca por outros produtos privados é que são socializados. É essa mediação privada que está por trás do conceito de “fetiche” da mercadoria em Marx. No mundo pós-capitalista, não haveria mediação: a relação social seria direta, o trabalho apareceria de modo imediatamente social. Marx diz, por isso, que essa sociedade seria “transparente”.

Mercados paralelos na reprodução do capital

No tempo de Marx, a importância desses mercados era bem menor do que hoje. Ele escreveu artigos de jornal sobre a Guerra do Ópio, por exemplo, que envolveu a Índia e a China sob o patrocínio inglês. Mas esse conflito teve uma importância mais política, enquanto, hoje, esse tipo de comércio é vital para a reprodução do capital em escala planetária. Isso tudo demonstra o aspecto contraditório do capital, que se apresenta sempre como uma “força civilizadora”. Desde o *Manifesto Comunista*, Marx indicou essa contradição no “avanço da civilização” do capital, que, ao mesmo tempo, faz avançar a barbárie, conforme formulado muito tempo depois por Walter Benjamin. É conhecida sua tese de que “Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie”².

Portanto, o capital atua sempre em dois sentidos opostos – apresenta-se como uma força “civilizadora” e ao mesmo tempo como força destruidora. A

² Michael Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio* (trad. Wanda Nogueira Brandt, São Paulo, Boitempo, 2005), col. Marxismo e Literatura, p. 70.

destruição é funcional para o capital. Além disso, esses mercados paralelos de drogas, armas etc. se constituem em espaços que o capital encontra para se salvar da crise atual, onde a taxa de lucro é muito alta e pode influenciar a taxa média, que anda cada vez mais baixa. São espaços disfuncionais altamente funcionais. É o que vemos também nesse movimento da emigração mundial para a Europa, principalmente. Ela se divide entre barrar os emigrantes e deixá-los entrar. Assim uma parte deles permanecerá na clandestinidade e aceitará trabalhar por salários mais baixos, reduzindo os custos e elevando a taxa de lucro das empresas na Europa. O capital é contraditório, ele fecha e abre, ele exclui e inclui ao mesmo tempo.

Consumismo

A transformação do consumo em consumismo constituiu uma etapa mais avançada do capitalismo no século XX, uma situação que confirma o que Marx cita no capítulo 1 de *O capital*, mas que é uma forma típica do século XX, que tem que ver com a necessidade de diminuir o tempo de vida útil das mercadorias. A obsolescência que força sempre a comprar mais, por exemplo, não é uma questão técnica, de engenharia, e sim econômica. A obsolescência é programada para que as pessoas queiram comprar novos produtos, sempre renovando os mercados em que o capital é “realizado”.

Força de trabalho e capital

Sobre essa relação social fundante do capitalismo, deve ser enfatizado que só a força de trabalho cria valor, pelo simples fato de que o capital é valor, não cria valor; a força de trabalho, por seu turno, não é valor, *tem* valor. O trabalhador possui capacidades de trabalho que pode vender no mercado para obter, com isso, salário, isto é, valor para comprar outras mercadorias. O valor é, assim, uma relação social, não um atributo material, como o peso, nem uma qualidade que pertence ao objeto por ele mesmo, mas que é instituída por uma relação social própria a uma determinada fase da história. Uma relação social não pode ser instituída por uma coisa, um produto de trabalho ou o próprio trabalho como dispêndio de energia, e sim por outra relação social, que depende de seres humanos, desde que colocados dentro de formas históricas específicas.

Acumulação primitiva do capital para o capitalismo

Para elucidar esse ponto muito importante da teoria de Marx, é útil lembrar que a palavra usada em alemão por Marx pode ser traduzida para acumulação “original”. O “original” remete, como tantas metáforas de Marx em *O capital*, para a Bíblia, para o “pecado original” que fez com que Adão e Eva fossem obrigados a sair do paraíso. A ruptura original marcou a humanidade como ruptura com a natureza. Os seres humanos não são mais seres naturais e são expulsos do paraíso. Algo assim acontece com a formação do capital, para Marx, quando a propriedade privada rompe o vínculo com o trabalho, que perde o controle sobre o instrumento de produção. O trabalhador, que até então tinha a posse do meio de produção – terra, instrumentos etc. –, de repente fica só com sua força de trabalho, com a propriedade sobre seu corpo. Esse é um primeiro aspecto da acumulação original.

Um segundo aspecto é que esse processo se repete continuamente, não é um acontecimento isolado no passado, na origem do capitalismo, da Inglaterra do século XVI, por exemplo. Ele se repete em escala ampliada – conforme indicado no capítulo 23 do Livro I de *O capital*. Ou seja, quanto mais forte o capital, mais consegue arrancar os trabalhadores de seus meios de produção – arrancar meios de produção das mãos do trabalhador. Mais consegue romper o vínculo original e criar uma cisão original, forçando o trabalhador a vender sua força de trabalho no mercado.

Alienação e ideologia

“Alienação” é o movimento pelo qual as relações sociais ocorrem em um registro marcado pelo “pecado original” que mencionei, pela perda da propriedade e da possibilidade de o trabalhador se apropriar do produto de seu trabalho. Na verdade, a palavra “alienação” tem um significado de base jurídica, referindo-se à venda ou doação etc. de um bem. Hegel empregou esse termo e Marx o seguiu, mas alterando o resultado filosófico para designar uma perda radical da propriedade, impedindo que o trabalhador se reconheça no produto do seu trabalho e se realize por ele. Assim, a produção do mundo se dá sob condições alheias ao produtor, apropriadas pelo proprietário dos meios de produção. Essa “alienação” de base se espalha, então, por todas as demais relações sociais, correspondendo, de certa maneira, ao que Freud chamou mais tarde de “mal-estar da cultura”, que gera um sentimento de impotência, ex-

pressão também muito usada por Marx. Uma pessoa alienada não tem mais poder para mudar suas condições de vida – ao menos não individualmente.

Já “ideologia” pode ser definida como a transposição dessa situação para o campo das ideias. É uma expressão usada por Marx, de fato, apenas no famoso texto escrito com Engels na juventude, referindo-se aos jovens filósofos alemães contra quem polemizavam em 1845. Descreve a formação de um corpo de ideias que tem a função de legitimar um estado de coisas adverso para a maioria das pessoas. O próprio sistema o forma, para construir justificativas que legitimem a alienação. Trata-se de mecanismos inconscientes, que ninguém controla, e que mascaram a desigualdade profunda e o caráter contraditório do capital.

Repercussões de *O capital*

Quando Marx ainda estava vivo, houve duas edições de *O capital* com uma repercussão razoável, que se pode constatar pelo posfácio da segunda edição, em que Marx responde a resenhistas alemães e russos³. A segunda edição de *O capital* foi simultânea à tradução francesa, publicada em 1872, logo depois de a Comuna de Paris ter sido esmagada, levando à eliminação física da esquerda francesa da época e a previsíveis dificuldades em vender o livro na França.

Após a morte de Marx, Engels organiza a tradução para o inglês, e sai a primeira edição de *O capital* na Inglaterra. Já na década de 1890, à época da morte de Engels, as ideias de Marx e *O capital* estavam suficientemente difundidos pela Europa (Bélgica, Inglaterra, França, Itália, Alemanha e, claro, Rússia), a ponto de permitir a organização de uma Associação Internacional de Trabalhadores calcada nas ideias de Marx, a famosa Segunda Internacional. A Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores tinha sido formada na década de 1860, na qual Marx teve participação fundamental como secretário e ferramenta de agitação política. Mas a AIT chegou ao fim com a Comuna de Paris, em 1871. No contexto da Segunda Internacional, as traduções de *O capital* passavam a atingir o mundo todo.

No Brasil, a primeira tradução completa e direta do alemão só saiu muito tempo depois, na comemoração do centenário da primeira edição alemã, em 1967. Lia-se até então as traduções francesa e espanhola, de modo que a repercussão do livro já era muito grande, aumentando ainda mais no momento em que tivemos três traduções.

³ Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 88-90.

No Oriente, nos países onde aconteceram revoluções inspiradas em Marx, como a China, a Coreia e o Vietnã, cuidaram de preparar edições de *O capital*. A China, por sua vez, que havia traduzido a obra completa de Marx e Engels a partir da edição russa, está empenhada, atualmente, na tradução direto do alemão a partir da MEGA. O Japão é um caso muito particular, porque o modelo alemão de desenvolvimento do capitalismo, que se deu na passagem do século XIX para o XX, foi acompanhado pelo padrão histórico também alemão de desenvolvimento do operariado. Ocorreu exatamente aquilo de que Marx fala no *Manifesto Comunista*, a saber que, junto com o capital, vem o contraponto do capital, o movimento operário. Pois o movimento operário japonês se organiza no começo do século XX, tendo uma importante referência nas ideias de Marx. Naquele momento, já se começam a traduzir do alemão para o japonês as obras econômicas de Marx. A ponto de, na década de 1930, na sequência da grande crise econômica de 1929, já haver autores capazes de elaborar e discutir teorias de crise – como o Kozo Uno e seu grande aluno, Makoto Ito, além, mais tarde, de Okishio.

Sobre a repercussão na América, em especial na América Latina, não é preciso dizer nada. Se a repercussão e a força das ideias de Marx não tivesse sido intensa, a reação ideológica não precisaria ser tão brutal, não faria tanta pressão por todos os meios da indústria cultural. Nos Estados Unidos, centro do sistema nas últimas décadas, a reação aparece até no nível da semântica: a palavra “sindicato”, em inglês, *syndicate*, foi distorcida a ponto de passar a significar “máfia”. Foi preciso criar outra palavra para sindicato, a *trade union*. O mesmo acontece em relação à economia socialista, que lá é chamada não de socialista, mas de *radical economics*. Isso tudo indica bem o quanto a repercussão pode ser enganosa em traduzir a importância de uma obra, pois a “conspiração do silêncio” foi uma arma usada ainda na época de Marx.

Bibliografia

- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brandt, São Paulo, Boitempo, 2005. (Coleção Marxismo e Literatura.)
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélcio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels.)
- _____. *O capital*: crítica da economia política, Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels.)

_____. *O capital*: Crítica da economia política, Livro II: *O processo de circulação do capital*. Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2014. (Coleção Marx-Engels.)

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer (coord.), São Paulo, Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels.)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina, Boitempo, 1998. (Coleção Marx-Engels.)

RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. Portugal, Calouste Gulbenkian, 2002.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*, livro I. Curitiba, Juruá, 2006.

_____. *A riqueza das nações*, livro II: a renda da terra Curitiba, Juruá, 2007.